

1 **Ata da Reunião Ampliada Ordinária de Fevereiro do CEDM/PR**

2
3 **Ao décimo oitavo dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte, às nove horas em primeira**
4 **chamada e às nove horas e quinze minutos em segunda chamada,** na EMATER/SEAB, sito à
5 Rua Jacy Loureiro de Campos S/N – Centro Cívico, Curitiba-Paraná. **Abertura,** senhora Jane
6 Vasques, Secretária Executiva, dá as boas vindas aos presentes e solicita que Conselheiros se
7 apresentem, assim como todos os convidados. Fizeram-se presentes, conforme convocação
8 prévia **Conselheiros Representantes Governamentais:** Titular: Mara Sperandio -
9 SEJUR/DGDM, Suplente: Tania Domingues - SEJUF/DGDM, Titular: Dineia Alves de Freitas –
10 SETI, Suplente: Kelly L. Savioli da Cunha – SEJU/DEDIF, Titular: Roberta Gomes Justus Costa –
11 SEJU/TRABALHO, Titular: Sílvia Helena de Castro – SEPL, Titular: Joseli Collaço – Casa Civil,
12 Titular: Kamila Conte Kunz - SEDU. **Conselheiros Representantes da Sociedade Civil:** Titular:
13 Maria Isabel Correa – UBM, Titular: Carmen Ribeiro – RFS, Suplente: Ana Paula Araújo Busato –
14 CUT, Titular: Ivaenete Paulino Xavier – Rede Mulheres Negras, Suplente: Maria Lúcia Gomes –
15 ASSEMPA, Titular: Rosalina–Batista - ASSEMPA, Suplente: Silvana Fachenco – FAMOPAR,
16 Titular: Terezinha Possebom – HUMSOL, Suplente: Daniele Bittencourt Azevedo Perich, Titular:
17 Isabele Candeloro Campoi; Titular: Tania Cristina - CIAF; Suplente: Marcell Camargo – CIAF.
18 **Colaboradores e Convidados:** Lívia M. Salomão Brodbeck – Núcleo de Defesa e Promoção do
19 Direito da Mulher – Def. Pública – PR, Vanessa Fogaça Prateano - Núcleo de Defesa e Promoção
20 do Direito da Mulher – Def. Pública – PR, Janaína de O. - Núcleo de Promoção da Igualdade de
21 Gênero, Sandra Mara Monteiro – Secretaria da Educação e do Esporte, Priscilla S. – Secretaria
22 da Educação e do Esporte, Silvana F. Farah – SEJUF/DEDM, Renata Torres – SESP, Renato
23 Figueroa – SESP, Edwiania Venturi – OAB-PR. **3. Boas Vindas da Presidente e da Vice-**
24 **Presidente: 1. Apreciação e aprovação da pauta:** pauta aprovada com a seguinte inclusão:
25 Apresentação do Núcleo Estadual de Política sobre Drogas. **2. Informes da SEC/DGDM:**
26 **Justificativas de Ausência:** *Rosalina Batista, Eunice Miyamoto, Maria Elvira Araújo.* Informes do
27 Departamento de Garantias de Direito das Mulheres:**1.Botão do Panico:** O processo se encontra
28 no Tribunal de Justiça para assinatura**2. Projeto Informática com Rotary Rebouças:** Parceria da
29 SEJUF/DGDM de curso de informática para mulheres em situação de vulnerabilidade**3. Casa da**
30 **Mulher Brasileira:** Denúncia de demora em fazer o Boletim de Ocorrência, e este sendo feito
31 somete com a população de Curitiba e não está sendo atendido Região Metropolitana. A esta
32 denúncia, a colaboradora Márcia, relata em relação à necessidade do Termo de Cooperação junto
33 ao Prefeito, elucidou que a problemática que envolve a Casa da Mulher Brasileira de Curitiba não
34 reside na execução do preenchimento do boletim de ocorrência, mas, antes, no acolhimento e
35 recepção dessa mulher, do qual é realizado por outros órgãos do Estado no sentido de fortalecer o
36 quadro de Assistência Social e atendimento psicológico.**4. Dia Internacional da Mulher:** Convite
37 da Secretaria de Justiça do Evento no dia 05/03/2020 as 14:00hrs no teatro Mario Lobo, no
38 Palácio das Araucárias. **Informes do CEDM/PR:- Comissões Provisorias:** A Presidente Maria
39 Isabel relatou as comissões formadas já estão contempladas em pontos de pauta, logo, a reunião
40 foi adiante.**Substituições:** SETI: Dinéia Alves de Freitas em substituição a Hermínia Regina
41 Bugeste Marinho; SECC: Priscila Pacheco dos Santos em substituição a Regina Helena Saboia
42 lorio; Correspondências Recebidas: -Débora deseja Informações sobre descasos dentro do setor
43 jurídico em processo de Violência Domésticas. APROVAÇÃO DAS ATAS: Setembro, Outubro,
44 Novembro e Dezembro foram enviadas, por e-mail; **Atas aprovadas.** A conselheira Carmen
45 Ribeiro, informou que o conselho faz parte do Comitê de Mortalidade Materna do Estado, mas que
46 não compareceu à primeira reunião, logo, a necessidade de se definir a representação para tal, do
47 qual se elucidou que a indicação não ocorrera pois não fora recebido encaminhamento para a

48 presença.

49 **13. Apresentação do Núcleo Estadual de Política sobre Drogas:** o Delegado Renato Bastos
50 Figueiroa, coordenador do Núcleo, realizou a apresentação juntamente à coordenadora de
51 projetos, Renata Torres, onde expressaram a incumbência de aprovação do novo plano sob as
52 prescrições da democracia participativa. O plano abrange todas as práticas de política pública
53 sobre drogas, no tocante ao tratamento e reinserção social dos usuários de drogas. Dentro do
54 plano, no cerne dos assuntos pertinentes ao conselho, o delegado citou a questão da violência
55 doméstica acarretada pelo uso de drogas lícitas e ilícitas, principalmente o álcool; além disso,
56 preocupa-se também com a mulher dependente, expressamente àquela que tem filhos, a fim de
57 realizar o melhor acolhimento com ampliação de vagas no tratamento específico a estas. Renata
58 reforçou a priorização das áreas com mulheres em situação de violência, com o intuito de diálogo
59 com o conselho a fim de costurar as ações e entender a necessidade de que a pauta esteja visível
60 dentro do plano. A conselheira Silvana reforçou o posicionamento apontando para as
61 consequências do tráfico advindo de um quadro de grande movimentação portuária em
62 Paranaguá, o que deixa as mulheres expostas à violência, do qual, com fontes de renda e
63 condições de vida exíguas, acabam adentrando à vida de prostituição, já que não têm acesso a
64 uma formação profissional; logo, a necessidade de um chamamento, visualizando os canais de
65 entrada de tais drogas. Márcia ainda apresentou a extorsão uma das violências, decorrida
66 também do consumo de drogas tendo em vista a dependência do usuário, atacando a fragilidade
67 de avós e mães. Assim, o encaminhamento proposto pela presidente: leitura do plano por parte do
68 conselho encaminhamento aos Escritórios Regionais, de onde será repassado aos demais
69 organismos acerca do assunto, especialmente nos municípios onde houver Conselho Municipal de
70 Direitos da Mulher, com link disponível. Encaminhamento aprovado. A apresentação sobre a
71 atuação do Núcleo na íntegra está disponível no site: <http://www.politicassobredrogas.pr.gov.br/>. **4.**
72 **Conferência Estadual e Municipais dos Direitos da Mulher:** Adriana, técnica da Diretoria de
73 Desenvolvimento Social, informou da preocupação com o cronograma da conferência estadual,
74 devido ao entrave com a PGE em relação ao custeio por parte do Estado da conferência. De
75 acordo com a compreensão da PGE a lei que cria o Conselho, quando trata da responsabilidade
76 do Estado em custear as Conferências não especifica o custeio do transporte, alimentação e
77 hospedagem dos delegados à conferência estadual. Diante desse impasse sugeriu a elaboração
78 de um projeto de alteração da lei, definindo os itens que devem ser custeados pelo Estado, a ser
79 encaminhada ao Governador que caminhará para a Assembleia Legislativa. Diante das restrições
80 orçamentárias também não será autorizado o pagamento da atividade de recepção e
81 credenciamento. Assim, solicitou-se que o Conselho programe a data da Conferência em
82 harmonia com os demais conselhos, sem conflito no cronograma e optando por realizar as
83 conferências em dias úteis, de forma a viabilizar a utilização dos recursos humanos da SEJUF e
84 sem custos adicionais com horas extras. Adriana sugeriu que o projeto de alteração da lei a ser
85 elaborada pelo Conselho, tenha como modelo a que fora realizada pelo CEDI na pessoa da
86 própria Adriana, a fim de que seja, uma vez mais, harmônico. A presidente elucidou à Adriana que
87 a Comissão já desenvolve trabalhos há meses, considerando as necessidades e as
88 possibilidades, não havendo problemas em relação às datas possíveis. Lamentou que a situação
89 só tenha sido informada em dezembro de 2019, o que acarretou em dificuldades de lidar melhor
90 com o entrave em relação aos prazos. Com a abertura de inscrição para falas, Carmen repudiou a
91 atitude da PGE, que exige da lei um grau de detalhamento incompatível com o seu caráter
92 abrangente. Igualmente, comunicou às presentes que recebera através de uma Conselheira do
93 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher comunicado deste, de que as definições tomadas pelo
94 Ministério da Mulher, como campanhas e programas não passaram pelo colegiado, sendo assim,

95 exime-se das responsabilidades com os mesmo; informa também que o Conselho Nacional
96 aprovou moção **alerta** ao poder público, em especial às autoridades do Poder Executivo e Poder
97 Legislativo, responsáveis pela destinação e execução da lei orçamentária em relação a garantia
98 de liberação em tempo hábil dos recursos necessários à realização da 5º Conferência Nacional de
99 Políticas para Mulheres. A conselheira Malu solicitou que a ASEMPA participe da Comissão
100 Organizadora da Conferência Estadual. A Presidente retomou as mudanças necessárias na lei.
101 Com isso, a coordenadora do departamento da mulher Silvane Farah, informou que a comissão
102 aguardava a reunião do Conselho para dar andamento ao processo para alteração da lei em
103 conjunto com o respectivo Termo de Referência. Adriana realizou a leitura dos parágrafos
104 modificados, onde especifica e declaradamente constam todas as despesas necessárias para a
105 conferência. Com a explanação, o conselho, visualizando o que fora realizado pelo CONSEPIR,
106 adequou a proposta de lei expressando que o Poder Executivo custeará todas as despesas
107 necessárias para a realização da Conferência Estadual, incluindo o deslocamento e hospedagem
108 das delegadas eleitas nas Conferências Municipais ou Intermunicipais para tal. Da mesma forma,
109 custeará as despesas das conselheiras eleitas na conferência estadual para a Conferência
110 Nacional. As alterações foram aprovadas e serão encaminhadas à PGE. Adiante, a comissão
111 propôs a realização da conferência em 2 dias, nos dias 16 e 17 de julho. Proposta aprovada. O
112 Regulamento na íntegra está no site: [http:// www.cedm.pr.gov.br/](http://www.cedm.pr.gov.br/). A data da realização da
113 conferência para os municípios ampliou-se até o dia 30 de maio de 2020. O Regulamento, durante
114 plenária, fora aprovado com a necessidade de conclusão apenas do Anexo 2 e a adequação do
115 Anexo. **10. Violência Obstétrica (caso emblemático em Guarapuava, morte de mãe e**
116 **criança):** o NUDEM, da Defensoria Pública, na pessoa de sua coordenadora, Lívia Martins
117 Salomão Brodbeck e Silva, expôs acerca da Rede Estadual de Enfrentamento da Violência
118 Obstétrica, do qual fazem parte alguns órgãos e entidades que cooperam nos assuntos em defesa
119 da mulher. A ideia, assim, é de fortalecer a rede a fim de tentar mudar a realidade da violência no
120 Paraná, tendo em vista a problemática de levar às mulheres a informação do que é e o que não é
121 violência obstétrica, para que elas possam se defender e, dessa forma, acatar denúncias, a
122 principal falta de dados hoje, informou a coordenadora. Do caso de Guarapuava, informou que se
123 solicitou o envio do prontuário à Defensoria Pública do município, do qual se aguarda retorno,
124 assim como foram prestadas as declarações dos envolvidos no ocorrido; logo, tendo recebido
125 resposta, avaliar-se-á a documentação e, confirmada a suspeita, se ajuizará o caso de danos
126 morais para a família. Pontuou-se ainda da lei de violência obstétrica, apontando questões que
127 antes legislativamente não se pontuava no Estado. Lívia discorreu sobre o PL 161/2019, acerca
128 da possibilidade de opção da gestante pelo parto cesariano, do qual o NUDEM apresentou uma
129 nota técnica expondo preocupações em relação ao projeto em termos de estrutura da ação e da
130 natureza da atitude, já que podem ocorrer problemas como a prematuridade de tais recém
131 nascidos. Carmen esclareceu que o Comitê Estadual de Prevenção da Mortalidade Materna e
132 Infantil, na atribuição de estudar as causas da morte e de propor medidas para sua prevenção,
133 está incumbido de tal regulamentação, mas a execução fica a cargo da SESA – do qual a
134 conselheira Carolina exprimiu que a Secretaria também se posicionou de forma contrária, pedindo
135 esclarecimentos deste. Tendo em vista a necessidade de se obter informações a respeito do
136 processo de regulamentação, a presidente apontou o encaminhamento da escolha de
137 representação do conselho no Comitê. A indicação da presidente fora da conselheira Carmen,
138 enquanto esta sugeriu a conselheira Alaerte para a titularidade. Assim, ficou definido estabelecer
139 contato com a conselheira para verificar sua disponibilidade. **8. Apresentação –**
140 **SEJUF/TRABALHO:** A conselheira Roberta Justus, da SEJUF/TRABALHO, e os estagiários
141 Thiago Fernandese Rafael Gomws da Silva., apresentaram introduzindo pelo eixo do CAGED. do

142 CAGED de 2019, especificamente o Mercado de Trabalho feminino, exibiu-se que o Paraná é o
143 quarto Estado que mais gerou emprego para a população feminina no país, com 21.302 empregos
144 formais gerados, sendo o município de Curitiba o líder de tais números com 8.218 – sendo,
145 também, na escala municipal, o terceiro município que mais gerou emprego para a população
146 feminina no país. Os números no Estado demonstraram crescimento de 38,33% em relação ao
147 ano anterior. Dos setores, visualizando também apenas a população feminina, gerou-se mais
148 emprego para o setor de serviços, o que também observa-se nos dados nacionais, seguido do
149 comércio. As principais atividades desses setores, das contratações femininas, estão os serviços
150 combinados em escritórios – onde o Paraná lidera o ranking nacional - e apoio administrativo,
151 abate de suínos e comércio varejista. Do salário e da dimensão dos estabelecimentos que
152 contratam população feminina, 71% foram contratadas em empresas em microempresas e 16%
153 em pequenas empresas; 40% da geração de emprego foi de 1 a 2 salários mínimos e 29% até 1
154 salário mínimo - acima de 2 salários mínimos houve mais desligamentos do que contratações em
155 2019. Avançando, apresentou a PNAD, de onde se consegue obter alguns dados sobre empregos
156 informais. Das mulheres em idade para trabalhar, em 2017 foram 51,86%, em 2018 foram 51,78 e
157 em 2019 foram 51,88%, representando que a maioria das pessoas em idade para trabalhar são
158 mulheres mas que não se reflete na força de trabalho. Da taxa de desemprego e o salário
159 rendimento médio habitual por mês recebido pela população, do qual o Paraná exibe taxas em
160 crescente, saindo de 10,1% para 10,7% no número de desempregadas até o terceiro trimestre de
161 2019 - contudo, a situação da taxa de desemprego masculina não sofreu grandes alterações,
162 salientou; dos salários, houvera evolução para homens e mulheres, com estas chegando à média
163 de R\$2.082,00 de renda habitual, mas apresentando ainda discrepância em relação à população
164 masculina. A apresentação na íntegra será repassada às conselheiras pelo link
165 file:///J:/CONSELHOS/CEDM%202020/Reuniões/Fevereiro-2020/Apresentação_Mercado_de_Trabalho_da_Mulher.pdf. Aberta as inscrições para dúvidas e colocações, a conselheira Ivanete
166 questionou se existiria algum projeto dentro de tais capacitações executadas que contemple
167 mulheres refugiadas. A conselheira Roberta explanou que, dos projetos ofertados, há um projeto
168 de qualificação profissional que contempla 60 municípios do Estado do Paraná e recebeu a
169 demanda e presença de alguns refugiados. **9. Femicídios no PR, Caso (Magó) em Maringá,**
170 **atendimento do IML/Polícia Científica:** a presidente relatou que a comissão de enfrentamento à
171 violência contra a mulher, de onde o assunto em voga é propriedade, está finalizando o trabalho a
172 ser apresentado com a necessidade apenas de dialogar com o IML, que sofre uma transição de
173 gestão, e no qual se percebe uma série de questões. Informou que a SESA preocupa-se em
174 qualificar os profissionais de atendimento básico, em especial ginecologistas, para a realização de
175 coleta de provas ao receber uma mulher que sofrera qualquer tipo de violência, que serão
176 referendadas pelo IML. Para tal, a presidente manifestou a necessidade de se levantar um mapa
177 em que conste onde há delegacia da mulher, onde há organismos municipais de atendimento à
178 mulher, conselhos, conselhos de segurança e afins, ou seja, políticas implantadas e voltadas à
179 proteção aos direitos da mulher, especialmente com cuidado às questões de violência. A SEC
180 Jane informou que a Dra. Márcia propôs o encaminhamento de que seja oficiado à SESP, no
181 caso, ao IML, a fim de que informe qual o horário do acionamento deste nesse caso específico de
182 Maringá, a distância percorrida e qual a hora da chegada desse atendimento, com o intuito de
183 verificar os acontecimentos a partir de respostas oficiais. O conselho aprovou o encaminhamento.
184 Em relação à obtenção de dados, a conselheira Mara Sperandio, manifestou a necessidade de
185 que as representantes de todas as secretarias levem informações para formar escopo em relação
186 à política da mulher a fim de ser apresentado o que foi feito para a mulher no ano de 2019, do
187 qual a presidente apontou também que o conselho valer-se-á para construção de ações. **5. Guia**
188

189 **para Orientações de Conselhos Municipais do Direito da Mulher:** a presidente relatou que a
190 comissão encarregada do assunto analisou um documento da constituição de conselhos
191 municipais, que fora lido em plenária. O documento na íntegra está no link [file:///J:/CONSELHOS/
192 CEDM%202020/Reuniões/Fevereiro-2020/COSNTITUIÇÃO_DE_CONSELHOS_MUNICIPAIS_DO
193 S_DIREITOS_DAS_MULHERES.pdf](file:///J:/CONSELHOS/CEDM%202020/Reuniões/Fevereiro-2020/COSNTITUIÇÃO_DE_CONSELHOS_MUNICIPAIS_DO_S_DIREITOS_DAS_MULHERES.pdf). A presidente manifestou a necessidade de aprovação do
194 texto e apresentou a proposta de que ele vire uma cartilha, com a sugestão ainda de que tal
195 cartilha seja virtual, deixando a cargo dos municípios a impressão ou não desta, de acordo com a
196 necessidade. A esse respeito, a presidente ainda expressiu a necessidade de se disponibilizar no
197 site também outros materiais já produzidos pelo conselho, datados e identificados a fim de
198 respeitar o trabalho das antigas conselheiras que construíram tais textos e disponibilizar
199 informações. Encaminhamento aprovado. **6. Formação das Comissões Permanentes do
200 CEDM:** repautado para a próxima reunião. **7. Dia 8 de Março – Dia Internacional da Mulher:** a
201 presidente manifestou o interesse de que o conselho possua ao menos uma atividade para o Dia
202 Internacional da Mulher, fora as atividades do departamento, durante o mês de Março. Maria
203 Isabel ainda convidou as conselheiras para participarem da Marcha do 8M, coordenada pela
204 Frente Feminista de Curitiba e Região Metropolitana, que ocorrerá no domingo dia 8 de março às
205 8h30 no Parolim, cujo tema será “Mulheres da Favela Exigem Paz”. **11. Informe Gerais:** Luza
206 Basso, assessora do Dep. Goura, apresentou um material sobre violência obstétrica; ela ainda
207 informou que no dia 09/03/2020 acontecerá uma audiência pública na Assembleia Legislativa com
208 a pauta sobre Cidades e Mulheres Inclusivas, realizada em parceria com o Conselho de
209 Arquitetura e Urbanismo através da Comissão Voluntária das Mulheres. A assessora ainda
210 colocou o mandato à disposição da Roda de Conversa que será proposta. **12. Palavras das
211 Conselheiras:** a conselheira Marcella propôs que se leve alguma palavra agregadora para a ALEP
212 enquanto conselho tendo em vista o Dia Internacional da Mulher, buscando também a integração;
213 ela ainda expressou que a SEAF faz parte do Conselho de Cidadania Empresarial da FIEP onde
214 se conheceu a proposta de realizar um evento que reúna representantes de conselhos, municipais
215 ou estaduais, a fim de criar também caminhos de comunicação. A presidente, por fim, ainda
216 solicitou também a disponibilização para o conselho do Projeto de Lei do Fundo da Mulher, com a
217 necessidade de que seja estudado antes de chegar na ALEP. **Encerramento:** após as referidas
218 discussões e exposições, a reunião encerrou-se. A presente ata foi gravada, redigida pelo
219 estagiário Gabriel do DEDIF, após aprovada, será publicada no DIOE e publicizada no site do
220 COEDE/PR.